

Uma síntese da disciplina Ética, Cidadania e Sociedade

pelo professor Eli Vagner Francisco Rodrigues

Finalizando nossa jornada de estudos vamos retomar, em uma visão panorâmica, tudo o que aprendemos na disciplina. Veja os pontos que serão abordados:

Introdução à ética	1
Ética e política	2
Cidadania	2
Formação do Estado moderno	4
Direitos humanos.....	4
O mundo multicultural.....	6
Ética profissional	6
Virtudes profissionais	7
Ética empresarial.....	8
Sustentabilidade	9
Ética acadêmica	9
Conclusões.....	10

Introdução à ética

Sabemos que a ética é uma disciplina da Filosofia. Ela estuda as ações humanas, e essas ações geram conflitos exatamente por serem motivadas por vontades individuais que interagem em sociedade. Para que tenhamos soluções para os conflitos que as ações humanas geram, precisamos da criação de normas, leis, regras e códigos de ética. A história das doutrinas éticas é a história das tentativas racionais de solução desses conflitos. Além disso, podemos divisar, para efeito de nosso estudo, duas perspectivas para a ética: a **ética descritiva**, que descreve como os seres humanos agem, e a **ética prescritiva**, normativa, que tenta criar normas justas para uma orientação dos seres humanos em seu agir. Existem inúmeras doutrinas éticas com as mais variadas origens, sejam religiosas, laicas, racionalistas, civis, dentre outras. O que observamos em todas elas é a tentativa de criar normas para o bom convívio humano e resolver problemas de conflitos entre vontades individuais. Nesse sentido, a ética pautou as ações humanas desde o início da civilização. A própria palavra civilização já tem um elemento da ética, pois “civilização” vem do termo em latim *civitas*, que

significa “cidade”, e aponta para uma comunidade de seres humanos que vivem em um grupo e seguem normas de convivência para que seus projetos de subsistência e fruição da vida sejam alcançados. A civilização é um resultado da ética, isto é, a civilização é um resultado da adoção, pelos seres humanos, de inúmeras normas criadas pela racionalidade humana no sentido de estabelecer um ambiente suficientemente adequado para o convívio de todos os indivíduos de uma comunidade e, por consequência, do convívio de comunidades diferentes entre si, em um contexto mais global. Assim, todo o planeta utiliza a ética para conviver.

Vimos também que, para constituir um campo ético, é preciso que os seres que interagem nesse contexto sejam racionais e livres. Essas duas exigências dizem respeito à possibilidade de compreensão das normas (racionalidade) e à possibilidade de agir por si próprio (liberdade). A ética, então, é uma coisa somente de humanos para humanos? Vimos que não. A ética, sendo uma iniciativa humana, pode alcançar seres não humanos e esferas naturais que estão além do humano em si. Os animais são, hoje, objeto da ética humana; a natureza é objeto da ética humana. A ética se aplica a todas as esferas da vida humana; por isso ela dá origem a subdivisões, como a bioética, a ecologia, a ética empresarial, a ética profissional, dentre outras. Tanto na esfera privada quanto na esfera pública os seres humanos são convocados a agir de maneira ética, isto é, de acordo com as normas que o grupo no qual eles estão inseridos estabeleceu como norma de conduta.

Ética e política

De maneira geral, a política já está relacionada com a ética a partir de sua definição. Se pensarmos a política como a racionalização das relações de poder, podemos afirmar que a própria atividade política já é uma tentativa da racionalidade de estabelecer relações de poder mais justas e legítimas. Isso fica claro, por exemplo, na história das formas de governo que já existiram. Os regimes absolutistas e os regimes autocratas foram e são considerados menos justos e legítimos do que os regimes republicanos e democratas. Na essência da política vigora uma concepção ética, a saber: a de uma tentativa racional de estabelecer um regime político legítimo e justo.

Essa discussão teórica é diferente da questão, muitas vezes levantada, sobre a ética na política, isto é, se a atividade política é exercida com ética pelos representantes do povo. Essa questão nos coloca em outro aspecto da ética, aquela que diz respeito às ações individuais.

Cidadania

No que diz respeito à esfera pública, o que denominamos “ética”, isto é, a elaboração de normas para o convívio entre as vontades individuais, desenhará o que chamamos de “relações de poder”. Em sociedades complexas, como as que temos nos dias de hoje, as relações de poder são extremamente complexas e devem ter a garantia de princípios de legitimidade e de justiça. Assim, historicamente, a humanidade foi construindo o que denominamos como cidadania com base em conflitos e resoluções, acordos e confrontos, documentos e posturas, luta por direitos e resistências de todos os tipos.

O conceito de cidadania deve ser compreendido a partir de um ponto de vista histórico, pois foi no desenvolvimento da história que se estabeleceram os princípios da cidadania que temos hoje. Assim, fizemos um percurso pela história da constituição do Estado Democrático de Direito para compreendermos a noção de cidadania que temos hoje.

Recorremos à historiografia para compreendermos que, a partir dos séculos XVII e XVIII, começam a surgir ideias que valorizam a liberdade individual e a autonomia dos indivíduos na constituição de sua representatividade. Esses movimentos de ideias tiveram nomes teóricos que são parte de nossa formação política, como: contratualismo, estado de natureza, iluminismo ou esclarecimento, representação, democracia, dentre outros.

O esclarecimento seria a capacidade do indivíduo de servir-se de seu próprio entendimento para agir e decidir politicamente sem uma tutela, seja religiosa seja política. Se os seres humanos são racionais e livres, eles podem ter autonomia para escolher seus representantes, e seus representantes devem seguir e defender os interesses sociais de seus eleitores. Esse princípio da democracia foi amplamente divulgado e, de certa forma, foi um dos fatores que determinaram a queda de regimes políticos absolutistas, que estabeleciam relações de poder tutelares em relação ao povo. O fim dos regimes absolutistas, marcado sobretudo pela Revolução Francesa, dá origem aos movimentos democráticos, à cultura republicana e à Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A cidadania se constitui, portanto, a partir de um histórico ético-político bastante complexo que se desenvolve, sempre ampliando suas perspectivas, até chegar aos dias de hoje, nos quais mais direitos são somados à nossa concepção contemporânea de cidadania. Podemos afirmar que a ideia de cidadania atual é muito mais complexa do que a dez ou vinte anos. Hoje as questões de gênero, de sexualidade, de inclusão, são cada vez mais questões e discussões que geram políticas públicas, leis e uma cultura de reconhecimento e respeito que não existiam em nossas sociedades. Isso tem reflexos no mercado de trabalho, nas escolas, nas empresas e na política em geral.

A cidadania se ampliou por força dos movimentos que pleiteiam a inclusão e o respeito às diferenças e se efetivou pelo trabalho da cultura de reconhecimento, que vê na humanidade a possibilidade de convivemos com as diferenças. Essa é uma tendência da ética: reconhecer que o outro, muitas vezes diferente de mim em sua cultura e em sua ação, tem direito a manifestar sua identidade. Nesse sentido, a ampliação e o alargamento do conceito e da abrangência efetiva da ideia de cidadania é um efeito da cultura ética como um todo.

Existem vários autores que definiram o conceito de cidadania. Um dos mais influentes foi T. H. Marshall que, em seu estudo clássico sobre cidadania, aponta a existência de três conjuntos de direitos: civis ou individuais, políticos e sociais. No caso, esses direitos foram progressivamente conquistados, sendo possível estabelecer um período histórico correspondente a cada um deles:

- **Direitos civis ou individuais** são os direitos de reunião, de expressão, de opinião, de pensamento e de fé, de ir e vir, de celebrar contrato, de acesso à justiça, ao trabalho, à propriedade, dentre outros. A construção dessa dimensão dos direitos deu-se no século XVIII em contexto europeu.

- **Direitos políticos** são os direitos de votar e ser votado, de participar do poder político como membro de um organismo investido de autoridade política ou mesmo como um eleitor. Esses direitos foram também conquistados na Europa, no século XIX.
- **Direitos sociais** são os direitos de acesso aos benefícios da riqueza coletiva gerada, como saúde, educação, previdência etc. É o direito a ter o mínimo de bem-estar econômico e segurança.

Formação do Estado moderno

O Estado, em sua acepção moderna, que depois vai evoluir para o que denominamos Estado Democrático de Direito, tem sua origem no século XVI, surgindo no cenário mundial como resultado da evolução ocorrida na forma de organização e de exercício do poder, na medida em que, naquele momento histórico se afigurava cada vez mais necessária a concentração desse poder nas mãos de uma única pessoa, de um só governante. O Estado passa a ser o único legitimado a utilizar-se da coerção para a manutenção da ordem em seu domínio.

É nesse contexto histórico, em que o Estado figura como detentor absoluto da força e do poder sobre o povo que habita seu território, que se vislumbrava a necessidade de ordenação do exercício desse poder supremo, para que os governados teoricamente tivessem uma garantia contra arbitrariedades; para tanto, surgem as leis que obrigam tanto o povo em geral quanto os próprios governantes que as criam e as executam, à submissão aos seus comandos. Tem-se, assim, a formação do Estado de Direito, que traz como característica básica o primado da legalidade, isto é, o governo das leis, que se contrapõe ao governo dos homens.

É preciso notar que o Estado de Direito nasce conceitualmente vinculado ao Liberalismo, em razão do individualismo. O que alguns autores afirmam é que o Estado liberal não trouxe a efetividade da garantia dos direitos individuais almejada quando de sua criação. Em razão da necessidade de contraposição a essa situação, surge uma ideia de um Estado Social de Direito que, impulsionado por movimentos sociais do século XIX e XX, buscava a tão sonhada justiça social e a melhoria das condições de vida dos habitantes de um país.

O que é preciso destacar é que a concepção que temos hoje de Estado é fruto de um processo histórico-político que tem início e efetividade a partir das ideias de alguns pensadores e filósofos dos séculos XVII e XVIII. O Iluminismo e as revoluções políticas que ocorreram nos séculos XVIII e XIX efetivaram a disseminação de ideias republicanas e deram origem a uma nova concepção de Estado, de política e de democracia representativa.

Direitos humanos

O tema da cidadania convive diretamente com o tema dos direitos humanos. Para compreendermos a importância do documento que fundamenta as políticas e reivindicações sobre direitos humanos no mundo, precisamos compreender sua história.

A chamada primeira Declaração Universal sobre os Direitos Humanos foi promulgada em 1789. Os representantes do povo francês, na assembleia nacional, declararam que

“[...] considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos, resolveram expor em declaração solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres; a fim de que os atos do poder legislativo e do poder executivo, a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reclamações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.”

Esse documento, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, inaugura uma era de reivindicação de dignidade e autonomia para os seres humanos.

Com o desenvolvimento histórico, no entanto, houve a necessidade de se estabelecer novos parâmetros para a Declaração dos Direitos Humanos. Isso ficou evidente durante e posteriormente à Segunda Guerra Mundial. Os genocídios que ocorreram na Segunda Guerra, sobretudo o chamado holocausto, no qual pelo menos 6 milhões de pessoas foram exterminadas em campos de concentração por motivações racistas, nacionalistas e fascistas, deixaram claro para a humanidade que os seres humanos necessitam serem protegidos de Estados, governos e mesmo nações, que desenvolvem culturas de ódio e preconceitos em relação a outras culturas, a outros povos, etnias e comportamentos. É preciso sempre lembrar que os nazistas iniciaram uma espécie de limpeza étnica na Alemanha baseados em uma pseudociência denominada eugenia, que tinha como princípio a ideia segundo a qual pode existir uma raça e uma cultura superiores e que as raças, por eles consideradas inferiores, poderiam ou deveriam ser eliminadas de seu grupo social. Assim, as políticas públicas do Estado nazista efetivaram esterilizações, extermínio e assassinatos em nome de uma suposta noção de progresso social. Vale ainda lembrar que não foram apenas os judeus que pereceram no holocausto, mas também opositores políticos, homossexuais, testemunhas de Jeová e povos que já foram denominados como “ciganos” (hoje, prefere-se indicar e usar as “etnias romani e sinti” no lugar do termo “ciganos”).

As atrocidades que foram cometidas por Estados, governos, exércitos e pessoas em relação à dignidade humana e à forma como foram cometidas essas barbaridades levaram a humanidade à consciência de que o ser humano precisa ser protegido do poder constituído. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 10 de dezembro de 1948.

O documento estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição. Desde sua adoção, a DUDH foi traduzida em mais de 500 idiomas e inspirou as constituições de muitos Estados.

Com a promulgação desse documento universal, entramos em uma nova era de direitos. Os seres humanos passaram a ter uma garantia maior de que sua dignidade seria reconhecida e promovida pelos poderes constituídos.

Novamente podemos afirmar que mais uma vez a ética, enquanto uma tentativa racional de solucionar conflitos e injustiças, fez-se presente como fundamento de ações humanas que visam o bem-estar do outro, que visam o reconhecimento e o respeito da diferença cultural, étnica e comportamental.

O mundo multicultural

Para compreendermos o mundo atual, precisamos mais do que o conhecimento de nossa própria cultura. Esse é um fato social e cultural contemporâneo. Com a globalização, o mundo estreitou as relações entre as culturas, o contato com as diferenças culturais aumentou e o convívio pacífico e harmônico com as diferenças passou a ser uma necessidade de sobrevivência de mercados, de políticas e de cidadãos. Há um princípio na economia e na política atual segundo o qual quanto mais parceiros de negócios uma instituição possui, mais ela tem a possibilidade de obter êxito. Essa tendência da economia, de certa forma, determinou uma ampla circulação de mercadorias produzidas em outros países e em outras culturas, aumentando os contatos. O que ocorre também é que, nos dias de hoje, não temos apenas mercadorias materiais, como alimentos, produtos eletrônicos etc. Existem mercadorias culturais também. As mercadorias culturais que consumimos (músicas, filmes, séries etc.) trazem consigo ideias, ideologias, costumes, tendências de comportamento, moralidades, concepções de relacionamentos, dentre outras influências.

O mundo multicultural é um mundo de extrema diversidade de comportamentos.

A partir dessa constatação, vamos retomar um princípio da ética que vimos no início de nossos estudos nesta disciplina: se a ética é a tentativa racional de resolver conflitos entre diferentes vontades, com o aumento da convivência e da proximidade de culturas diferentes não aumenta a necessidade da ética?

É exatamente isso que coloca a ética como uma disciplina fundamental para o mundo contemporâneo. Cada vez mais temos a proximidade com a diversidade, com a alteridade, com o diferente em nosso cotidiano. Se não empreendermos programas de formação ética no mundo atual o número de conflitos pode ficar insuportável. E é isso que nos leva a um capítulo fundamental da ética: a ética profissional.

Ética profissional

A ideia de uma ética profissional se constitui em uma ótima oportunidade para que uma categoria estabeleça sua imagem profissional perante a sociedade. A respeitabilidade e a confiança da sociedade em uma categoria profissional está muito atrelada ao tipo de resposta que esta costuma emitir socialmente em relação às ações e atitudes de seus profissionais, isto é, dos profissionais que estão ligados às suas instituições de classe. Por esse motivo, criaram-se os códigos de autorregulamentação. O código de ética profissional tem origem exatamente nessa ideia de supervisionar as atitudes dos profissionais de uma categoria para que os problemas éticos que possam surgir no exercício de uma profissão sejam resolvidos. Mais do que isso: é preciso existir uma orientação da própria categoria sobre os problemas éticos que estão envolvidos diretamente com o exercício das profissões específicas.

Nos dias de hoje, podemos considerar que uma categoria profissional, que ainda não possui um código de ética elaborado pelos próprios associados da entidade de representação profissional, está de certa forma

aquém do que espera a sociedade enquanto receptora e contratante dos trabalhos executados pelos profissionais daquela categoria. É claro que existem atividades e categorias muito diferentes umas das outras e que cada uma pode ter situações éticas distintas, mas um cuidado com o agir da categoria é importante socialmente.

O que contêm os códigos de ética? Um código de ética profissional indica e impõe a deontologia da profissão. Em outras palavras, o que um profissional da categoria pode fazer, o que ele não deve fazer e o que seria socialmente desejável que ele fizesse. Isso nos leva ao tema das virtudes profissionais.

Virtudes profissionais

O autor da obra **Ética profissional**, Antonio Lopes Sá, ensina-nos que muitas são as virtudes que um profissional precisa ter para que desenvolva com eficácia seu trabalho. Na verdade, múltiplas exigências existem, mas entre elas se destacam algumas básicas, sem as quais se impossibilita a consecução do êxito moral. Ele nos ensina que, na maioria dos casos, o sucesso profissional se faz acompanhar de condutas fundamentais corretas. Tais virtudes básicas são comuns a quase todas as profissões, mas destacam-se, ainda mais, naquelas de natureza liberal.

Então surgiu o tema das virtudes profissionais. Como saber se, de fato, as virtudes profissionais são legítimas?

As virtudes básicas profissionais são aquelas indispensáveis, sem as quais não se consegue a realização de um exercício ético competente, seja qual for a natureza do serviço prestado. Essas virtudes devem formar a consciência ética estrutural, os alicerces do caráter e, em conjunto, habilitarem o profissional ao êxito em seu desempenho. O autor destaca que a ideia de virtude não visa os fins de enriquecimento, nem a posse de cargos ou destaques sociais, com a verdadeira qualidade ética, embora tudo isso possa ser conseguido conjuntamente. Quais seriam, então, algumas dessas virtudes?

Vamos resgatar pelo menos quatro virtudes, citadas por Antonio Lopes Sá, para recordarmos a importância das virtudes profissionais:

- **O zelo ou cuidado** com o que se faz começa, portanto, com uma responsabilidade individual, ou seja, fundamentada na relação entre o sujeito e o objeto de trabalho.
- **Honestidade**, virtude magna no campo profissional. Se algo é confiado a alguém, seja o que for, passa a requerer a fiel guarda, a lealdade, a sinceridade e um propósito firme de intransigente probidade. Tudo isso se consubstancia no respeito para com o que é de terceiros, como tributo à confiança que é depositada; tais atos, quando praticados no campo da virtude, caracterizam a honestidade.
- **Virtude do sigilo**. Revelar o que se sabe, quando quem o confiou pediu reserva, é quebra de sigilo. O respeito aos segredos das pessoas, dos negócios e das instituições é protegido legalmente, pois trata-se de algo muito importante; eticamente, o sigilo assume o papel de algo que é confiado e cuja preservação de silêncio é obrigatória. Nem tudo é objeto de sigilo, mas será sempre preferível que o profissional se reserve quanto a tudo o que sabe e que lhe é revelado pelo cliente ou que ele veio a saber por força da execução do trabalho.

- **Virtude da competência.** A competência, sob o aspecto potencial, é o conhecimento acumulado por um indivíduo, suficiente para o desempenho eficaz de uma tarefa. Segundo Lopes Sá, do ponto de vista funcional, competência é o exercício do conhecimento de forma adequada e pertinente a um trabalho.

Mas será que somente os profissionais devem ser éticos? E as empresas, não precisam de ética também?

Ética empresarial

Durante muito tempo, diversas empresas adotaram uma perspectiva predatória em relação aos recursos naturais e em relação aos recursos humanos. Isso significa que as empresas adotavam posicionamentos antiéticos em relação à sociedade. Esse é um tema muito interessante, pois essa área, a ética empresarial, passou por mudanças significativas nas últimas décadas. Hoje as empresas precisam ter uma perspectiva social para poderem obter sucesso e realizar bons negócios com todos os parceiros econômicos e sociais. O movimento, em linhas gerais, teve início na década de 1960 com algumas empresas que desenvolveram a ideia de responsabilidade social. O que alguns empresários entenderam, ao longo das suas experiências na sociedade de mercado, foi que boas decisões empresariais podem resultar de decisões morais ou éticas.

Assim, compreenderam que uma empresa é considerada ética se cumprir com todos os compromissos éticos que tiver, se adotar uma postura ética como estratégia de negócios, ou seja, se agir de forma honesta com todos aqueles que têm algum tipo de relacionamento com ela.

Nos relacionamentos de uma empresa estão envolvidos os clientes, os fornecedores, os sócios, os funcionários, o governo e a sociedade como um todo. Os valores, os rumos e as expectativas de uma empresa devem levar em conta todo esse universo de relacionamento e seu desempenho também deve ser avaliado quanto ao seu esforço no cumprimento de suas responsabilidades públicas e em sua atuação como boa cidadã.

Começa, então, já a algumas décadas todo um movimento de responsabilidade social a partir das empresas. Hoje esse movimento se transformou em leis, normas governamentais, exigências técnicas (ISO) e uma expectativa dos consumidores em relação à empresa. A expectativa dos consumidores passa, muitas vezes, a ser um critério de consumo e esses podem passar a consumir mais os produtos de empresas que possuem uma perspectiva de responsabilidade social. Mais uma vez, a ética está envolvida. O progresso social é pensado pelos governos, pelos cidadãos e pelas empresas. Esse movimento é virtuoso e coloca-nos, segundo alguns autores, em uma nova fase do capitalismo. Esperamos que essa tendência seja, de fato, cada vez mais presente e efetivada na economia.

Uma das perspectivas de responsabilidade social das empresas é o cuidado com os recursos naturais. Isso implica em ações ecológicas, medidas de preservação e políticas de reúso de matéria-prima e economia de energia. Essas medidas vão ao encontro do que denominamos sustentabilidade.

Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade aponta para a capacidade que as sociedades possuem de cumprir com as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Segundo alguns autores, o conceito de sustentabilidade é composto por três pilares: econômico, ambiental e social.

Existem várias definições de sustentabilidade e as definições podem variar, mas uma ideia principal é a seguinte: o desenvolvimento sustentável tem como o objetivo a preservação do planeta e o atendimento das necessidades humanas. Se voltarmos à origem da palavra “sustentável”, veremos que ela tem origem no latim *sustentare*, que significa “sustentar”, “apoiar” e “conservar”. Ora, a sustentabilidade é alcançada por meio do que denominamos desenvolvimento sustentável; isso quer dizer que um recurso explorado de forma sustentável poderá ser explorado, também, por nossas gerações futuras. Assim, a sustentabilidade pensa o agora e o futuro. Isso nos coloca em um nível superior da ética. A capacidade de pensar a renovação da vida e do planeta para as gerações futuras é uma ideia extremamente sofisticada do ponto de vista ético.

Assim, vemos que a ética está relacionada até mesmo com o nosso futuro, isto é, com a vida das novas gerações. Isso é uma forma altamente desejável e sofisticada de altruísmo: uma ação altruísta é aquela que pensa no bem-estar dos outros.

Ética acadêmica

Se afirmamos que a ética está relacionada a todos os aspectos de nossa vida e que a cidadania é um exercício de direitos e deveres, podemos afirmar que na vida acadêmica também temos preceitos éticos, normas de conduta e maneiras desejáveis de conviver socialmente e, sobretudo, maneiras corretas de produzir conhecimento.

Em primeiro lugar, é preciso destacar a importância da produção do conhecimento científico. A ciência possui uma função social. Todo esforço científico existe no sentido de diminuir o sofrimento humano, diminuir a precariedade da vida e elevar o ser humano a uma condição de dignidade. O ambiente científico é baseado nessa nobre função de promoção do bem-estar humano. Porém, os problemas éticos também aparecem nesse contexto. Um dos problemas que enfrentamos na produção científica é o plágio.

O que é o plágio? Este caracteriza-se como a cópia parcial, integral ou conceitual de uma obra sem a apresentação da fonte original ou quando os créditos do trabalho são dados a outra pessoa sem a permissão explícita do autor inicial. Isso nos leva à conclusão de que as ideias e conceitos utilizados nos trabalhos científicos, sejam trabalhos solicitados pelos professores ou mesmo trabalhos de conclusão de curso, dentre outros, essas ideias e conceitos devem ser referenciados sobre suas fontes e autores originais. Em outras palavras, o plágio é um descumprimento do direito autoral.

É preciso notar que o plágio é considerado crime no Brasil e sujeito a punições. O plágio pode acontecer com diferentes conteúdos. Existem casos na música, literatura, academia, fotografia, dentre outros. Por isso, devemos conhecer o assunto. O plágio pode ser de vários tipos:

- **O plágio integral** diz respeito à cópia integral de um trabalho sem os devidos créditos ao autor. Nesses casos, em um trabalho acadêmico, por exemplo, cada palavra é copiada sem a menção da autoria original.
- **O plágio parcial** ocorre quando partes de um produto é copiada por outrem, como frases de uma música ou partes da sua melodia utilizadas em outra obra sem autorização e/ou citação da fonte.
- **O plágio conceitual/intelectual** corresponde à utilização das ideias, do conceito ou da essência de uma obra.

Vimos, no entanto, que as formas de evitar o plágio são bastante simples. Devemos seguir as regras de produção de material acadêmico. Em outras palavras, devemos seguir as regras da ABNT. No que diz respeito ao plágio, a indicação mais expressa é utilizar as citações diretas e indiretas. Basicamente, as citações conferem ao autor os créditos pelo conceito, ideia e texto citado no trabalho.

Conclusões

Ética, cidadania e sociedade são conceitos que nos remetem a um longo histórico de experiências humanas que nos conduziram à situação atual de nossas vidas como seres humanos no mundo. Se podemos afirmar que vivemos em uma época mais esclarecida, de um alcance maior dos direitos e do respeito à dignidade humana, e certamente podemos fazer esse tipo de declaração, foi por força e ação de seres humanos que, imbuídos de princípios éticos, racionais e em posse de suas liberdades, puderam aprimorar as condições de vida de todos os outros seres humanos. Nesse sentido, a ética permeia todas essas conquistas e se estabelece como uma das maiores conquistas da mente humana. Resta a nós, estudantes, pesquisadores, profissionais, divulgar essa cultura ética e disseminar as conquistas da racionalidade humana por meio das ciências naturais e das ciências humanas.